

Vitor Vincent Valla – Rede de educação popular e saúde e Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

“Eu acho que pela hora não cabe dizer mais bom dia para vocês, então boa tarde para todos. Agradeço o convite de estar com vocês neste encontro para falar de alguns desafios que o movimento enfrenta. Vou colocar três desafios. O primeiro tem a ver com algo que eu venho trabalhando há algum tempo e acho que coincide com aquilo que o Eduardo falou, isto é, dentre os recursos de que a população lança mão para superar os seus problemas de saúde está a questão do que eu chamo de religiosidade popular e saúde. Mas ao mesmo tempo eu vou levantar mais dois desafios que ao meu ver não estão desassociados da questão da religião popular, a saber, a questão da dívida externa e a questão da ALCA.

Vocês devem estar perguntando “como é que ele vai juntar essas três questões?” Por que eu tenho essa preocupação com a questão da religião popular? Há alguns anos atrás eu me propus uma questão, esta questão é face de todos os problemas que a população enfrenta na questão da saúde em todo país, eu me perguntei porque apesar desses problemas, a população insiste encher as igrejas. A pergunta que eu levantei não referia tanto às igrejas católicas e protestantes comuns, mas às pentecostais. O que significa o fato de que, apesar da população concordar com a gente quanto à necessidade de se dedicar a política, ela insiste em frequentar as igrejas? Esta é uma preocupação que eu venho aprofundando há alguns anos e agora quero sensibilizar meus colegas e alunos da escola Nacional de Saúde Pública e meus companheiros do Partido dos Trabalhadores. Eu tenho a impressão que essa sensibilização com vocês talvez seja muito mais fácil do que eu tenho sentido com meus colegas.

Eu venho observando que a religião é o que faz parte da cultura popular da população. Talvez é a coisa mais sagrada que a população tem como recurso para enfrentar as suas adversidades. Alguns estudiosos dizem inclusive que a religião popular é o código da vida que a população domina. É a crença de Deus pai que não esquece de seus filhos. Agora essa discussão para muitos de nós é contraditória, porque, ao mesmo tempo em que há a crença de Deus pai que não esquece dos seus filhos, há uma população que tem poucas evidências de poder sair do estado de pobreza e das dificuldades que enfrenta. Não há uma indicação clara para essa população, mesmo com um governo mais progressista que nós elegemos, há poucas indicações, para essa população, de que esse estado de pobreza e essas dificuldades venham a ser superadas. E eu relaciono isso com a procura dessa população com as igrejas e coloco para os meus companheiros do PT, principalmente com meu amigo Chico Alencar do Rio de Janeiro: as dificuldades são nossas, ou seja, temos dificuldade de aceitarmos essa escolha da população. Eu tendo a achar que parte das nossas dificuldades em nos relacionar com a população tem a ver com a percepção que a própria população tem com nossa postura em frente a sua cultura, ou seja, diante da sua relação com a religião. É uma forma particular e espontânea que indica os caminhos que a população vem escolhendo secularmente.

Alguns estudiosos têm notado que desde a colonização da América Latina a população busca as igrejas como um abrigo. O que ela procura é uma explicação para o que ela não consegue entender, ela vai para as igrejas em busca de uma explicação para saber como viver nessas condições de uma vida que não melhora e não vai melhorar porque os governos continuam com as mesmas propostas. Esses estudiosos tem notado que esse tem sido o sentido da busca das igrejas secularmente em toda a América Latina, isto é, para tentar achar essa explicação. Para mim a religião preenche, para a população, vários papéis: participa na construção de uma identidade mais coesa entre a população, é uma forma que a população encontra para enfrentar as ameaças, de ganhar novas energias diante da luta pela sobrevivência; trata-se também de uma forma de resistência cultural onde, mesmo com todas essas dificuldades, há uma crença permanente que, de fato, existe uma providência divina. Alguns estudiosos têm levantado a questão da religião popular como uma espécie de protesto simbólico diante dos governantes muitas vezes insensíveis (ou até sensíveis, mas com dificuldades de agir) em face da dificuldade que a população enfrenta diariamente. Para muitos é a forma mais racional de se posicionar diante das adversidades. Eu estou levantando esta questão como desafio para nós. Assim, eu faço a seguinte pergunta: qual é a nossa capacidade de nos inserir nesta discussão sobre a religiosidade popular, de nos relacionar com a população por meio de nossa apreciação de sua religiosidade? Sinto às vezes que a população tem uma percepção da nossa dificuldade de entrar nesse campo com ela, então proponho este desafio como parte do nosso trabalho de educação popular e saúde.

Na Escola Nacional de Saúde Pública a gente vem trabalhando há alguns anos, na disciplina Religião Popular e Saúde, com a idéia de que a religião popular é uma das formas que a população lança mão para enfrentar seus problemas de saúde. Vou agora falar da relação entre a religião e a dívida externa. Acredito que muitos de vocês sabem que há uma discussão antiga na América Latina sobre a religião e a dívida externa. Essa é uma questão que vem, sendo tratada pelo Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra, o Conselho vem trabalhando com essa questão há uns 30 anos, numa tentativa de relacionar a dívida externa com a questão das igrejas. É também uma questão de muitas igrejas da Europa e igualmente na América Latina. Vocês conhecem essa discussão através da Teologia da Libertação, mas na realidade a discussão chega a nós, na América Latina, no Brasil, por meio das igrejas protestantes mais progressistas, talvez por sua facilidade de não provocar um embate direto com o Vaticano que tem uma política mais conservadora. Então algumas igrejas protestantes escapam desse tipo de embate colocado na igreja católica que vocês conhecem muito bem.

Embora seja uma questão antiga, é importante a gente voltar à questão da dívida externa como um dos nossos desafios para a saúde da população. Vocês sabem que apenas com o pagamento dos juros da dívida externa se gasta mais do que todos os gastos do governo na área de educação e saúde. Assim, de janeiro a março de 2003 foram gastos 46 bilhões de dólares em pagamento dos juros da dívida, e o Ministério da Saúde gastou 11 bilhões no mesmo período. Hoje não se sabe se os contratos da dívida são legais. Suspeitamos que não são. Na América Latina vem surgindo ultimamente um movimento que tenta relacionar a dívida externa com as ditaduras militares. Ou seja, aprendemos que a ditadura não é só para prender e torturar gente, ditadura é também para aumentar a dívida externa, às vezes, como foi o caso do Brasil, através de decisões dos congressos mas sem debate público e participação popular. Países como a Nicarágua e Peru já fizeram auditorias

de suas dívidas e conseguiram reduzir as suas dívidas mostrando que foram contraídas durante suas ditaduras. Contraditoriamente, Malásia é um país que simplesmente deixou de pagar a sua dívida e está tendo um crescimento muito diferente que teve até agora. Então há países que estão questionando sua dívida. Durante o plebiscito contra dívida externa em 2000, surgiu aqui em Brasília um movimento dos fiscais do imposto de renda que levantaram a questão de auditoria. Esta é uma discussão antiga da dívida externa: as pessoas perguntam de onde vem a dívida externa? Não é à toa que o Conselho Mundial das Igrejas propôs o termo de pecado original para entender a dívida externa. Quando crianças, aprendemos que nascemos com pecado original e perguntamos por que? O que eu fiz para ter um pecado original? O que nós fizemos para ter essa dívida? Por que surgiu dessa forma? Uma dívida que tanto pesa sobre a nossa população, que tanto aumenta os problemas de saúde na população. Daí vem as perguntas: de onde vem essa dívida? Quanto é de fato? Quem contraiu essa dívida? Então a partir dessas perguntas surge a idéia de uma auditoria. Muitos de nós sempre nos perguntamos porque o governo não faz auditoria da dívida externa. Alguns governos, como o de Fernando Henrique Cardoso, achavam que não valiam a pena, outros, como eu suspeito seja o caso de nosso governo Lula, devem estar levantando algumas perguntas do que significa fazer uma auditoria da dívida externa, se isso não é “cutucar o leão com vara curta”. Então surgiu, durante o plebiscito, a idéia de auditoria cidadã, ou seja, se o governo não quer fazer a auditoria por que nós, da sociedade civil, não fazemos a auditoria da dívida externa? Esse grupo de fiscais de imposto de renda nasceu em Brasília e já está começando um movimento para nós participarmos da própria auditoria. Agora a dívida, como as igrejas mostram, por mais que pagamos, mais ela cresce e mais exigências o Fundo Monetário Internacional (FMI) faz sobre esse crescimento da dívida. Mata a economia, sem conseguir pagar os juros.

Outro argumento que as igrejas utilizam nessa discussão é o que elas chamam de pecado social. Todos nós fomos criados dentro de uma concepção religiosa de que o pecado é algo individual, cada um de nós tem seus pecados, é uma questão de consciência individual. Mas esta concepção foi modificada por um novo termo que seria o pecado social, praticamente um pecado coletivo de um povo ou de vários povos principalmente os povos norte americanos e europeus em relação aos povos latinos americanos. Um pecado coletivo, um pecado social que dificulta a vida e não permite que o país tenha um crescimento autônomo. Então em face desse desafio da dívida externa, em face da percepção de que os governos brasileiros são obrigados a se submeter as exigências do FMI, ficam subserviente a essas exigências, todos vocês lembram do grande acordo que foi feito com o FMI pelo governo Fernando Henrique Cardoso na véspera das eleições para a presidência da república em 2002, quer dizer obrigação do Brasil ficar subserviente às exigências do FMI que ao meu ver levanta ao mesmo tempo a questão da ALCA. O que algumas pessoas tem percebido é que a ALCA cresce em importância como acordo, cresce em importância porque justamente o peso da dívida externa faz com que o governo norte americano levante com facilidade a proposta da ALCA, que como vocês sabem é a Área de Livre Comércio das Américas. Eu queria só fazer algumas considerações sobre a questão da ALCA, antes de terminar mais este desafio.

Há um engano na concepção geral da ALCA de que seja apenas um acordo de livre comércio. Na realidade a ALCA invade toda vida social e econômica do país. Eu gostaria de traçar uma comparação com alguns exemplos da NAFTA. A ALCA é a continuação do

NAFTA. NAFTA é a sigla, em inglês, do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, acordo entre Estados Unidos, Canadá e México. NAFTA é uma espécie de projeto piloto e a ALCA é a extensão da NAFTA a toda a América Latina. Então precisamos saber como o governo americano tratou o México e como está tratando o Canadá também para entender de que forma vai tratar a América Latina. Então uma das primeiras descobertas dos mexicanos em relação ao amigo do norte, o governo norte americano, foi cláusula relativa ao subsídio à produção e comercialização do milho. Esta vai ser também a cláusula da agricultura para a ALCA e para o Brasil, a saber, a de que os governo não podem subsidiar suas exportações, não podem subsidiar o trabalho agrícola, acho que os nossos companheiros do MST devem conhecer muito bem a parte da ALCA em relação a agricultura. Mas no México proibiu-se ao governo mexicano, como parte do NAFTA, parte da idéia do livre comércio, subsidiar o plantio de milho. O grande engano do livre comércio, o grande engano da ALCA, é o de que liberdade significa comércio em condições de igualdade. Então se questionou o subsídio dado pelo governo mexicano ao milho. Ora, o governo mexicano sempre subsidiava o milho porque era o alimento principal da economia mexicana, toda comida popular mexicana era praticamente feita de milho e a população era tão pobre que não podia comprar esse milho ao preço que o agricultor estava pedindo. Mas a partir do NAFTA foi proibido fazer isso e assim os agricultores mexicanos perderam suas terras, não podiam vender mais o milho ao preço que o governo estava oferecendo, tiveram de vender suas terras e de migrar para os Estados Unidos ou para a cidade de México que hoje é uma cidade saturada, uma das maiores cidades do mundo em termos de população. Então os agricultores tiveram que deixar suas terras e deixar de plantar milho e as terras que foram vendidas pelos agricultores foram compradas pelos norte americanos que nelas começaram o plantio de hortigranjeiros, ou seja, o plantio de hortaliças e legumes mecanizadas, que não aumentava o emprego no México e permitia vender legumes e hortaliças para o povo americano a um preço mais barato. Isso mostra que o livre comércio não é tão livre.

Algumas pessoas, já prevêm que os Estados Unidos pretendem tratar o suco de laranja brasileiro da forma que o governo mexicano tratava o milho, ou seja, possivelmente seja visto como um alibi para, pelo novo contrato da ALCA, impedir o governo brasileiro de subsidiar a exportação de suco de laranja e outros produtos agrícolas. O Brasil é um dos maiores exportadores de suco de laranja no mundo atualmente, o que, aliás, explica, as viagens do governo Lula para Oriente Médio atualmente e a possibilidade de aumentar as exportações nestes países. Bom, a ALCA pretende também entrar no setor dos serviços. Acho que todo mundo tem noção disso, do perigo da ALCA entrar nos serviços, entrar na educação, na saúde. Uma das propostas da ALCA é a de que não haja apoio federal as universidades federais, utilizando para tal a explicação perversa de que a universidade federal só atende aos filhos da elite e por essa razão não deveria receber apoio federal. E com isso é possível que o ensino através das universidades federais sejam privatizados justamente para abrir o ensino para empresas norte-americanas. E isso também se estende a questão dos planos de saúde que é outro serviço de interesse comercial. Neste sentido, um exemplo importante é o do Canadá, que manteve o primeiro contato com NAFTA nessa forma dos serviços. Alguns de vocês conhecem uma entidade norte americana que tem a sigla de UPS, um serviço de transporte realizado por caminhões norte-americanos. Esses caminhões já estão chegando no Brasil, alguns de vocês conhecem em São Paulo, Rio de Janeiro ou talvez outras cidades maiores, são caminhões de cor marrom que fazem

distribuição de correspondência sob a forma de correio particular. No Canadá, o sindicato dos trabalhadores dos correios entrou com processo contra essa companhia norte-americana, dizendo que estava tirando os empregos dos canadenses na área do correio. Então o supremo federal do Canadá reconheceu o processo dos canadenses, mas, em retaliação, o governo norte-americano está processando o governo canadense para conseguir uma indenização das perdas norte-americanas no Canadá. Quem lê o jornal *Brasil de Fato* deve ter visto umas duas semanas atrás o movimento dos bolivianos em Cochabamba em torno da questão da água. O Banco Mundial falou para o governo boliviano que, devido o fato que há escassez de água em Cochabamba, deveria pensar em privatizar a água em Cochabamba e surpreendentemente veio uma companhia norte americana para instalar a água. Com a instalação do grupo norte americano o preço da água subiu tanto que algumas famílias não podiam pagar a nova tarifa da água. Em torno de 60% da renda familiar estava sendo gasta em comprar água dessa companhia. Num bom exemplo, a população boliviana se organizou para expulsar essa companhia da cidade. A companhia deixou a Bolívia, mas o governo americano está processando o governo boliviano pela taxa de 25 milhões de dólares de indenização por perdas.

A América Latina sendo pressionada pela dívida externa a aceitar a ALCA. O governo norte-americano está levantando a idéia de que quer condições de igualdade na América Latina com os latino-americanos. Agora essa idéia de condições de igualdade que o governo norte americano está exigindo que faz parte da lógica da ALCA é uma idéia perigosa, uma vez que não vão existir condições de igualdade entre a economia norte americana e a economia latino-americana e a economia brasileira. Mas o governo norte americano não está no momento numa situação confortável, os problemas são muito grandes, infelizmente é também um problema para nós. A própria guerra contra o Iraque demonstra a dificuldade que o governo norte americano tem em manter o consumo de petróleo na economia – a invasão do Iraque tem a ver com isso, embora não exclusivamente pois tem a ver também com o controle geopolítico da Europa. Mas o governo americano está de certa maneira contra a parede e isso dificulta nossa relação com a dívida externa. Nossa reação à dívida externa tem que ser uma reação a um governo que está tendo as suas dificuldades e cobra a dívida externa de todos os países, não importa a origem dessa dívida, porque isso vai facilitar a resolver seus problemas. Os próprios norte-americanos estão protestando contra a ALCA dizendo que quando as empresas como essa empresa norte-americana de água veio para Cochabamba, quando essas empresas saem do Estados Unidos e vem para cá, desempregam os norte americanos também. Eu me lembro um amigo progressista nos Estados Unidos que diz: vocês brasileiros têm de estar atentos para quem são os seus verdadeiros aliados nos Estados Unidos, ou seja, são os trabalhadores que lá também estão perdendo seus empregos.

Estes são alguns exemplos do que está nos esperando com a ALCA. O nosso amigo Marcos Arruda nos alertou que está em discussão hoje que o plebiscito ou a consulta popular contra a ALCA, como muitos de vocês que participaram do plebiscito popular contra a ALCA há alguns anos atrás sabem, não foi reconhecido como uma decisão legal. Mas há uma discussão para fazer com que aconteça um plebiscito formal contra a ALCA junto com as eleições municipais em 2004. Na república dominicana surgiu um movimento que tinha o seguinte título: pagar é morrer, queremos viver. Foi um movimento na república dominicana sobre a dívida externa. Se pagarmos a dívida externa muitos vão morrer por causa disso. Em oposição a isto, a igreja disse que quando Cristo veio a terra ele disse “eu

vim e trouxe a vida em abundância”. Os dominicanos inventaram essa idéia de que pagar é morrer, queremos viver. Então com isso eu encerro minha fala.”

Brasília, 5 de dezembro de 2003.

I Encontro Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde